

Informação histórica - Evolução das ideias da CEPAL

1. Origens e anos 50: Industrialização
2. Anos 60: "reformas para desobstruir a industrialização"
3. Anos 70: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora
4. Anos 80: superação do problema do endividamento externo mediante o "ajuste com crescimento"
5. Anos 90: transformação produtiva com equidade
6. A produção recente

Durante mais de meio século, a CEPAL foi a principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social da América Latina e do Caribe. Além disso, foi o único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que foi consistentemente preservado e aperfeiçoado durante toda a sua existência.

A riqueza do método cepalino reside em uma fértil interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada originalmente por Prebisch. A construção do método baseou-se na oposição entre "periferia" e "centro", que desempenhou um duplo papel analítico: primeiro, serviu para afirmar que essa estrutura determinava um padrão específico de inserção na economia mundial como "periferia", produtora de bens e serviços com uma demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com uma demanda interna em rápida expansão e assimiladora de padrões de consumo e tecnologias adequadas para o centro, mas com frequência inadequadas para a disponibilidade de recursos e o nível de renda da periferia; Segundo, derivou na ideia de que a estrutura socioeconômica periférica determina um modo singular de industrializar, introduzir o progresso técnico e crescer, assim como um modo peculiar de absorver a força de trabalho e distribuir a renda.

Sob a influência de intelectuais como Celso Furtado, Anibal Pinto e Aldo Ferrer, à dimensão estruturalista adicionou-se a perspectiva da formação histórica dos países da região, formando-se um método de pesquisa e análise conhecido como "histórico-estruturalista". Com base nessa dupla perspectiva, a CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das transformações econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos e caribenhos.

Por ocasião da comemoração de suas cinco décadas, em 1998 se reuniram alguns dos principais textos no livro "50 anos de pensamento na CEPAL". Como a bibliografia da CEPAL é muito volumosa, o livro comemorativo tem a virtude de facilitar a seleção e leitura de sua obra intelectual. O livro contém 28 textos selecionados, introduzidos por um guia para a leitura.

A introdução ao livro reconstitui a trajetória intelectual da instituição durante o período 1948-1998 e remete o leitor às teses de maior relevância e aos textos selecionados, contextualizando-os em seu momento histórico e na obra da instituição em seu conjunto. Aos leitores em busca de maior

profundidade, adverte-se que a história intelectual da CEPAL é facilitada por um bom número de trabalhos de avaliação do pensamento da instituição.

A sistematização da obra intelectual da CEPAL é facilitada por duas características centrais ao pensamento da instituição.

Primeiro, o enfoque metodológico é o mesmo, independentemente do número de etapas em que se possa subdividir. O que se modifica é a história real objeto da análise, assim como o contexto ideológico em que esta se gera, o que obriga permanentemente a matizar a ênfase e a renovar as interpretações, a fim de se adaptar aos novos contextos históricos.

Cabe identificar quatro traços analíticos comuns às cinco décadas: o primeiro se refere ao método, isto é, ao enfoque histórico-estruturalista; outros dois se referem a áreas temáticas: análise da inserção internacional e análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento e do progresso técnico e das relações entre estes, o emprego e a distribuição da renda); por último, encontra-se o plano de análise das necessidades e possibilidades de ação estatal.

Em segundo lugar, a sistematização é facilitada pelo fato de que as ideias são "historicamente determinadas", quase até em seus detalhes, e porque se pode ordená-las em torno de "mensagens" transformadoras. Durante os primeiros 50 anos, podemos identificar cinco etapas na obra da CEPAL, em torno de "ideias-força" ou "mensagens": a) origens e anos 50: industrialização; b) anos 60: "reformas para desobstruir a industrialização"; c) anos 70: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora; d) anos 80: superação do problema do endividamento externo mediante o "ajuste com crescimento"; e) anos 90: transformação produtiva com equidade. Por coincidência, cada etapa durou aproximadamente uma década. Estas seguem de perto a evolução histórica da região latino-americana.

O quadro 1 sintetiza os dois conjuntos de elementos que precedem -- os planos analíticos e os períodos -- para registrar as teses principais geradas sob seu impulso. O quadro oferece uma ideia de conjunto do instrumental analítico que o enfoque cepalino proporciona e serve de ponto de partida a um guia de leitura para a obra intelectual da CEPAL no período 1948-1998. Há que assinalar que a classificação das teses e reflexões segundo os "planos" da análise não significa falta de unidade de pensamento: os diferentes planos e as diferentes teses estão perfeitamente "amarradas" pelo método histórico-estruturalista e pelas ideias-força que determinaram a produção das teses em cada período.

Quadro 1
SÍNTESE DOS ELEMENTOS ANALÍTICOS QUE COMPÕEM O PENSAMENTO DA CEPAL

Elementos permanentes	Análise histórico-estruturalista		
Períodos e temas	Inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)	Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/progresso técnico e de emprego/distribuição da renda	Ação estatal
1948-1960 (industrialização)	Deterioração das relações de troca; desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos; integração regional	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas pela especialização e heterogeneidade estrutural: inflação estrutural e desemprego	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 (reformas)	Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial	Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para redinamizar a economia; heterogeneidade estrutural; dependência	Reformar para viabilizar o desenvolvimento
1970 (estilos de crescimento)	Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização que combina o mercado interno e o esforço exportador	Viabilizar o estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer as exportações industriais
1980 (dívida)	Asfixia	Ajuste com	Renegociar a

	financeira	crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques estabilizadores; custo social do ajuste	dívida para ajustar com crescimento
1990-1998 (transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir a brecha da equidade	Executar políticas para fortalecer a transformação produtiva com equidade

A seguir apresentam-se, de forma muito resumida, os elementos-chave que caracterizaram a história intelectual da CEPAL nas primeiras cinco décadas de suas atividades.

1. Origens e anos 50: industrialização

A trajetória intelectual da CEPAL tem início com a redação por Prebisch, em 1949 e 1950, de três documentos que continham os elementos básicos que figurariam como a grande referência ideológica e analítica para os desenvolvimentistas latino-americanos e caribenhos (CEPAL, 1951, 1962, 1973).

O autor sustenta que a industrialização espontânea em curso tinha um significado especial na história da humanidade, porque representava a possibilidade de que a vasta região subdesenvolvida latino-americana captara os frutos do progresso técnico mundial, até então confinados essencialmente aos países industrializados.

Prebisch apresenta, então, os elementos da matriz analítica da qual "arranca" o pensamento cepalino. Neles encontram-se tanto a análise da inserção internacional das economias periféricas e da consequente vulnerabilidade externa como a análise das condições problemáticas e das tendências "perversas" (desequilíbrio nas contas externas, inflação, desemprego) com que se processa internamente o crescimento na periferia latino-americana, em função das características estruturais herdadas: baixa especialização produtiva e heterogeneidade tecnológica. Por último, o autor realiza uma primeira incursão na temática da intervenção estatal, que surge fortalecida ao se argumentar a natureza problemática da industrialização nas condições estruturais periféricas, que o mercado não teria como resolver espontaneamente.

Para a CEPAL, os anos 50 foram os do auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar. Prebisch e a ousadia intelectual são sinônimos na América Latina. Apoiando-o, no próprio seio da CEPAL ou em suas proximidades, estariam nada menos que Celso Furtado, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vázquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e outros

conhecidos cultores do conhecimento sobre a realidade latino-americana. As mensagens eram inovadoras e fértil era o campo para divulgá-las. No plano da conveniência histórica, a ideologia cepalina se encaixava perfeitamente nos projetos políticos de vários governos do continente. No plano analítico, a mensagem geral estava plenamente sintonizada com o miolo da nova "teoria do desenvolvimento": os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou ao menos adaptada, já que em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos.

No fundo, com diferentes conceitos e maneiras de formular a questão, todos expunham a mesma mensagem central, a da necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza.

A CEPAL atuou admiravelmente nesse contexto. Não só se tornou uma referência indispensável quando se falava da América Latina, mas desenvolveu uma teorização própria na qual combinou de forma consistente um bom número de inovações conceituais: relações "centro-periferia", deterioração das relações de troca, desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, inflação estrutural, desemprego estrutural, planejamento do desenvolvimento na América Latina e integração regional, entre outras.

2. Anos 60: "reformas para desobstruir a industrialização"

Durante toda a década, a CEPAL foi muito ativa numa série de iniciativas de grande alcance: a mobilização da Aliança para o Progresso, o tema da integração regional e da ALALC, a criação da UNCTAD, a multiplicação da assistência técnica no planejamento indicativo para os governos da região.

No entanto, a CEPAL dos anos 60 seria, sobretudo, um fórum para debater ideias críticas do processo de desenvolvimento em andamento. O talento mobilizador cepalino atraía a intelectualidade para um debate que girava cada vez mais em torno de três pontos que delimitavam a divisão político-ideológica: primeiro, a interpretação de que a industrialização havia seguido um curso que não conseguia incorporar na maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico; segundo, a interpretação de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, pois só se havia modificado sua natureza; e terceiro, a ideia de que ambos os processos obstruíam o desenvolvimento.

As três estrelas conceituais cepalinas durante os anos 60 foram os diagnósticos de "insuficiência dinâmica", "dependência" e "heterogeneidade estrutural".

O convite mais significativo para a nova agenda de discussão regida pela história real foi mais uma vez formulado por Prebisch (1963). O modelo explicativo sobre a falta de capacidade de absorver a força de trabalho que figurava nos textos dos anos 50 -- insuficiência da poupança e utilização de tecnologias intensivas em capital -- se orienta agora para a análise do uso social do excedente

potencial. A ideia presente nos anos 50 de que é necessário restringir o consumo das classes ricas a favor do investimento e do progresso técnico reaparece agora focalizada na questão agrária. No campo, os latifundiários rentistas entorpeceriam o progresso técnico, de modo que o acesso do camponês à terra, desde que fosse apoiado devidamente pelo Estado, abriria o caminho para elevar a produtividade agrícola e melhorar o uso do excedente. Além disso, ajudaria a radicar o homem no campo, evitando a marginalização urbana. Uma versão muito mais extrema sobre as insuficiências de dinamismo é a tese de Celso Furtado (1969) sobre a tendência à estagnação.

A teoria da dependência tem duas vertentes, a política e a econômica. Na primeira, o texto mais famoso é o de Cardoso e Falleto (1969), cuja redação foi estimulada pela sociologia cepalina do desenvolvimento de José Medina Echavarría. A análise "econômica" da dependência teve diversas tonalidades políticas. Entre os economistas da linha cepalina, a análise da dependência mais contundente foi a desenvolvida por Osvaldo Sunkel (1970). Observa-se que a ideia de "dependência" -- comercial, financeira e tecnológica -- esteve presente na CEPAL desde o início, ainda que até os anos 60 não se utilizasse a expressão propriamente dita.

De forma paralela -- e com muitas coincidências analíticas com as interpretações dependentistas de cunho cepalino -- Aníbal Pinto formulava sua tese da "heterogeneidade estrutural" na região. Partiu da constatação de que os frutos do progresso técnico tendiam a se concentrar, tanto a respeito da distribuição da renda entre as classes sociais, como da distribuição entre setores (estratos) e entre regiões dentro de um mesmo país (1965). Posteriormente, aprimorou essa análise com o argumento de que o processo de crescimento na América Latina tendia a reproduzir de forma renovada a velha heterogeneidade estrutural imperante no período agrário-exportador (1970).

Ou seja, assim como para os dependentistas a industrialização não havia eliminado a dependência, só a havia alterado, para Aníbal Pinto a industrialização não eliminava a heterogeneidade estrutural, só modificava seu formato. Em uma ou outra interpretação, o subdesenvolvimento era um processo que dava mostras de se perpetuar, apesar do crescimento econômico.

3. Anos 70: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró exportadora

A integração entre os elementos da análise cepalina acumulados nas décadas anteriores concretizou-se nos anos 70 mediante a ideia de "estilos" ou "modalidades" de crescimento. O debate desenvolveu-se na CEPAL estimulado por quatro influências básicas. Primeiro, a recuperação econômica da região durante o "auge" mundial de 1965-1973 levou ao reconhecimento de que a reforma agrária e a redistribuição da renda constituiriam a base de um crescimento socialmente mais homogêneo e justo, mas não do único estilo de crescimento viável. Segundo, as Nações Unidas promoviam um intenso debate internacional em torno desses mesmos temas. Terceiro, os intelectuais cepalinos formulavam fortes críticas metodológicas à forma como se desenvolvia este debate. Quarto, a crise internacional de 1973/1974 e a intensificação posterior do endividamento reforçaram a ênfase na necessidade de reorientar a "modalidade" ou "estilo" de industrialização de maneira a combinar os

estímulos do mercado interno com as virtudes da orientação pró-exportadora de bens industriais.

Um dos reconhecimentos mais categóricos de que as economias latino-americanas podem ser dinâmicas, apesar de conterem graves injustiças sociais, surge em um artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971), sob a influência direta de Aníbal Pinto, que ajudou na aceitação dessa ideia em sua influente tese da heterogeneidade estrutural. Referindo-se ao caso do Brasil, o que ocorria nesse país, segundo os autores, era um estilo de crescimento "perverso". Dentro da linha interpretativa dos "estilos", talvez a referência principal dos anos 70 seja o texto de Aníbal Pinto publicado na edição inaugural da Revista da CEPAL (1976).

O clima dos debates nas Nações Unidas era outra fonte de estímulo para analisar estilos. A Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social, aprovada em 1969 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi elaborada de maneira a destacar o desenvolvimento social como o grande objetivo da humanidade e estabelecer um consenso filosófico universal sobre as normas sociais do desenvolvimento. A ativa participação da CEPAL nessa produção intelectual teve dois enfoques.

O primeiro foi "oficial", como órgão das Nações Unidas, sob a coordenação principal de Manuel Balboa e Marshall Wolfe. O segundo enfoque, analiticamente mais profundo e politicamente mais contundente, era o que faziam os intelectuais da CEPAL quando não estavam envolvidos na elaboração de textos oficiais. A discussão sobre "estilos" era necessariamente interdisciplinar e mantinha aberta a possibilidade de que a contribuição dos sociólogos, iniciada nos anos 60, tivesse plena continuidade. Os artigos mais representativos dessa safra são os de Jorge Graciarena e Marshall Wolfe (1976).

O outro tema importante da década foi o de buscar uma nova modalidade de industrialização, combinando o mercado interno e a exportação. Desde os anos 60, nos Estudos Econômicos a CEPAL assinalava continuamente a existência de problemas de eficiência em matéria de alocação nos sistemas econômicos latino-americanos derivados de erros de condução da política comercial e industrial, inclusive a proteção excessiva; simultaneamente, reafirmava a apreensão pelas restrições externas ao crescimento, quer dizer, com a escassez de divisas. Em toda a segunda metade dos anos 70, o diagnóstico sobre as tendências e as proposições de política da CEPAL confluem na proposição de reforçar a industrialização e as exportações como mecanismo para enfrentar as dificuldades da inserção internacional e em contínuas advertências sobre os riscos do endividamento generalizado na região e os riscos da abertura comercial e financeira que ocorria nos países do Cone Sul.

4. Anos 80: superação do problema do endividamento externo mediante o "ajuste com crescimento"

A crise dos anos 80 deslocaria para um segundo plano a produção desenvolvimentista na CEPAL e o esforço intelectual principal passaria ao plano que se impunha historicamente, o da oposição à modalidade de ajuste exigida pelos bancos credores e pelo FMI. Como é óbvio, em condições de

crescimento inviável, o espaço e o interesse pelas discussões de longo prazo eram limitados. Privilegiavam-se as questões imediatas ligadas à dívida, ao ajuste e à estabilização.

O ajuste defendido pelo FMI e pelos credores da dívida depois da crise mexicana era acompanhado do argumento de que em alguns anos a América Latina superaria suas dificuldades e voltaria a crescer. A atuação do Secretário Executivo Enrique Iglesias durante o período de sessões da Comissão em Lima, em 1984, simboliza a postura cepalina nesse período. Iglesias contrapôs a esse argumento projeções sombrias e corretas, projetando para a região uma "década perdida" -- expressão que a CEPAL cunharia posteriormente para descrever o período.

O texto apresentado nessa reunião (CEPAL, 1984) revela a proximidade entre a posição cepalina e a fina flor da heterodoxia latino-americana que então debatia estas questões. Em relação às políticas de ajuste, o texto propunha que se substituísse o ajuste recessivo do balanço de pagamentos por um ajuste expansivo, impulsionador das exportações por meio da dinamização dos investimentos em setores de bens comercializáveis. Para que essa solução fosse factível, era preciso haver um acordo de renegociação da dívida entre devedores e banqueiros, uma atitude menos protecionista por parte dos países centrais e um uso mais flexível e pragmático dos instrumentos de política econômica.

A respeito das políticas de estabilização, ecoava os autores brasileiros e argentinos que precisamente naquela época conceitualizavam a tese da inflação "inercial" na preparação das políticas de choque antiinflacionárias implementadas pouco depois. Defende também o tratamento de choque em circunstâncias de inflação muito alta e baixa credibilidade, por serem incompatíveis com o fundamento do gradualismo, que é a aspiração a ter tempo para acomodar favoravelmente as expectativas dos agentes.

A ênfase no ajuste deslocaria a perspectiva histórica para uma posição secundária na produção cepalina dos anos 80, mas não a descartaria. Em 1985, por exemplo, publicava-se uma novidade interessante em matéria de "estilos", apontando a crescente subordinação do processo produtivo aos interesses do sistema financeiro (CEPAL, 1985)

A partir de meados dos anos 80 também começariam a aparecer ensaios que anunciavam a retomada do debate cepalino sobre o processo de crescimento no longo prazo, que ocorreria nos anos 90. Dois documentos redigidos por Fernando Fajnzylber foram decisivos (1983 e 1990). O primeiro efetua uma análise exaustiva do processo de industrialização latino-americano, identifica lacunas, falhas e distorções e propõe uma "nova industrialização". Esta se basearia no conceito de eficiência, entendido como a obtenção de "crescimento e criatividade", fundamentada na criação de um núcleo endógeno de progresso técnico. O segundo formula as bases conceituais para a "transformação produtiva com equidade", eixo da produção da CEPAL durante os anos 90. Trata-se de um estudo comparativo dos padrões de crescimento de países latino-americanos em que o autor mostra que, ao contrário de países como Coreia e Espanha, que conseguiram crescer e redistribuir, os países da América Latina se dividiam em três grupos: os que haviam crescido rapidamente, mas tinham uma renda concentrada; os que tinham uma renda relativamente bem distribuída, mas

cresciam pouco; e os que se encontravam no pior dos mundos, ou seja, tinham uma renda concentrada e não cresciam.

5. Anos 90: transformação produtiva com equidade

A implantação das reformas suscitou um acalorado debate ideológico com frequência polarizado. A CEPAL dos anos 90 conseguiu tomar posição com grande habilidade entre os extremos. Não se opôs à maré das reformas, mas subordinou sua apreciação ao critério da existência de uma "estratégia reformista" que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências no médio e longo prazo.

O "neoestruturalismo" cepalino recupera a agenda de análise e de políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização. Considera que em muitos países havia demasiada complacência com a inflação e que os novos tempos exigem alterações da forma de intervenção do Estado na economia, tratando de ampliar sua eficiência. Os anos 90 são tempos de "compromisso" entre a admissão da conveniência de que se ampliem as funções do mercado e a defesa da prática de intervenção governamental mais seletiva. O "compromisso" permite que a análise e as proposições de políticas se orientem aos temas que a CEPAL privilegia, ou seja, o progresso técnico e a distribuição da renda, abrindo o diálogo à direita e esquerda do espectro teórico e ideológico internacional.

A década de 1990 teve início com o enunciado por parte da CEPAL da proposta de transformação produtiva com equidade (CEPAL, 1990), cujo autor principal foi Fernando Fajnzylber. Gert Rosenthal, Secretário Executivo entre 1988 e 1997, acolheu e impulsionou a proposta de Fajnzylber de que a CEPAL tomasse posição frente ao processo de reformas, pois tudo parecia indicar que este se propagaria pela região. Propunha uma mensagem a respeito de uma nova forma de atuação do Estado, diferente do que prevaleceu no passado, mas nem por isso incapaz de influir significativamente no destino dos países.

O documento inaugural do período assenta a estratégia cepalina na conquista de uma maior competitividade internacional "autêntica", baseada na incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico ao processo produtivo. Destaca-se o caráter sistêmico da competitividade, que inclui toda uma rede de vinculações entre os agentes produtivos e a infraestrutura física e educacional. Sublinham-se a formação de recursos humanos e as políticas tecnológicas ativas como fórmula decisiva para a transformação produtiva no longo prazo. A indústria permanece como eixo da transformação produtiva, mas se destacam suas articulações com a atividade primária e de serviços. Também se ressalta a importância de fornecer um ambiente macroeconômico saudável. E se propõe modificar o estilo de intervenção estatal, sem que isto signifique aumentar ou diminuir o papel do Estado. Além disso, propõe-se uma maior abertura da economia, gradual e seletiva, como meio de introduzir o progresso técnico e o aumento da produtividade.

O tratamento analítico mais difícil da tese da transformação produtiva com equidade são as relações

entre crescimento, emprego e equidade, um tema que continua sendo um desafio permanente para a CEPAL. Até agora, as incursões mais elaboradas sobre a questão social são o texto do documento apresentado no período de sessões de 1992 (CEPAL, 1992), a série "Panorama Social", uma publicação que expõe com riqueza empírica a evolução dos problemas que a região enfrenta, e o documento que trata da "brecha da equidade" (CEPAL, 1997). No texto do documento apresentado no período de sessões de 1996 (CEPAL, 1996), figura o pleno reconhecimento de que, para alcançar a meta da equidade através do aumento simultâneo da produtividade e dos salários, é necessário acelerar muito mais ainda o crescimento.

Não há aqui espaço suficiente nem é necessário recorrer todos os documentos redigidos seguindo a tônica da transformação produtiva com equidade. Vale a pena, no entanto, mencionar quatro temas, por sua importância na produção dos anos 90. O primeiro é o "Regionalismo Aberto", tema impulsionado por Gert Rosenthal. O documento principal (CEPAL, 1994) destaca as virtudes da simultaneidade entre a abertura comercial da América Latina ao resto do mundo e a intensificação do comércio intrarregional através dos esquemas de integração vigentes.

O segundo tema é o da fragilidade financeira da região. O tema foi assinalado pela primeira vez na terceira parte do documento apresentado no período de sessões de 2004 (CEPAL, 1995) e se destaca na produção intelectual dos anos 90 pela visão premonitória a respeito dos processos que conduziram à crise mexicana de 1994 e à crise asiática de 1997. O estudo formula advertências quanto à volatilidade dos capitais e assinala os potenciais efeitos perversos das entradas de capital que não forem seguidas do aumento correspondente do investimento produtivo e da competitividade para exportar. Em particular, destaca o perigo que representa recorrer à entrada de capitais como elemento para estabilizar os preços, quando isto leva a valorizações cambiais incompatíveis com o desempenho da balança comercial, necessário para o equilíbrio das contas externas no médio e longo prazo. E adverte também sobre a necessidade de implantar políticas de regulação bancária prudencial, sobretudo em etapas de liberalização financeira.

O terceiro tema é o fiscal, no qual se destaca o documento apresentado no período de sessões de 1998, em que se oferece um amplo panorama empírico e analítico da problemática fiscal na região. Assinala-se que o "Pacto Fiscal" tem como elementos principais a consolidação do ajuste fiscal, a elevação da produtividade do gasto público, a transparência, a promoção da equidade e a institucionalidade democrática.

O quarto tema é o desenvolvimento sustentável. A necessidade de harmonizar desenvolvimento e natureza esteve presente nos documentos da CEPAL durante todos os anos 90, desde o documento preparado para a Conferência Regional sobre Desenvolvimento Sustentável em 1991, preparatória para a Cúpula Mundial no Rio de Janeiro em 1992. Com os resultados da cúpula, em sua maior parte detalhados na Agenda 21, a CEPAL ampliou seus estudos sobre o desenvolvimento sustentável, analisando em especial o impacto das políticas públicas nos países, as mudanças nas negociações comerciais internacionais devido a uma nova visão sobre o meio ambiente por parte dos países desenvolvidos e as fontes de financiamento para o desenvolvimento sustentável. A consolidação

desses estudos está nos documentos preparados para a Cúpula da Terra realizada em Johannesburgo em 2002.

6. A produção recente

Nos últimos anos, desde o fim dos anos 1990, a CEPAL tem enfatizado as profundas assimetrias na ordem global, assinalando a forma como as condições de inserção da América Latina e do Caribe nessa ordem afetam negativamente a região em termos produtivos e financeiros e provocam forte instabilidade macroeconômica, com dinamismo econômico e efeitos sociais muito adversos. Além disso, a CEPAL aprofundou suas advertências e críticas sobre os impactos potenciais e efetivos das reformas sobre as economias da região, em consonância com o crescente reconhecimento internacional sobre suas fragilidades, e postulou a necessidade de buscar uma globalização mais equilibrada e "reformular as reformas".

Os documentos apresentados nos períodos de sessões de 2000 e 2002 são complementares em termos da agenda de políticas econômicas nos âmbitos nacional, regional e internacional: propõem-se a correção das assimetrias macroeconômicas e financeiras internacionais (nova arquitetura financeira internacional), o fortalecimento institucional (sistemas jurídicos, agências reguladoras, pactos sociais eficientes e sólidos, etc.), uma visão ampla da estabilidade macroeconômica (estabilidade no crescimento, perspectiva anticíclica, visão de longo prazo, etc.), implementação de estratégias de desenvolvimento produtivo (infraestrutura, fomento da transformação produtiva e diversificação das exportações, desenvolvimento de sistemas nacionais de inovação, etc.), melhores encadeamentos sociais (políticas sociais integradas nos âmbitos da educação, emprego e proteção social), sustentabilidade ambiental (agenda positiva em relação à economia e meio ambiente, reorientação de padrões de especialização, criação de mercados de serviços ambientais, etc.) e um papel crítico do espaço regional (regionalismo aberto, defesa dos atores mais fracos, maior sentido de pertença às instituições regionais, etc.)

Documentos relacionados

- ▶ Revista da CEPAL - Número Extraordinário, Evolução das ideias da CEPAL, Ricardo Bielschowsky, outubro de 1998
- ▶ Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Textos selecionados (Dois Volumes), CEPAL/Fundo de Cultura Econômica, Santiago do Chile, 1998